

LISBOA

PORTO

FUNCHAL

SÃO PAULO

LUANDA

MAPUTO

PRAIA

MACAU

DILI

SÃO TOMÉ



SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL
ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA
& ASSOCIADOS

OE 2013: Alterações Fiscais

(Breve Apresentação e Alguns Comentários)

por
Rogério M. Fernandes Ferreira

ASAP – Associação das Sociedades de Advogados de Portugal
24 de Janeiro de 2013



Receita fiscal

➤ IVA	=	13.300 M.€
➤ IRS	=	12.000 M.€
➤ IRC	=	4.560 M.€
➤ ISP	=	2.170 M.€
➤ IS	=	1.650 M.€
➤ IT	=	1.380 M.€
➤ ISV	=	380 M.€
➤ IUC	=	200 M.€
➤ IABA=		170 M.€



Caracterização fiscal

- Rec. Fiscal = 70% IVA + IRS
- IRS = 84% A + H
- IRS = 60% € 7.500 a € 66.000
- Rec. Fiscal = 14% IRC
- 10% declarações c/ colecta = 80% IRC
- < 1% empresas = > 50% IRC



Agravamento fiscal

- Rec. Fiscal + Rec. Seg. Social = + 3 300 M.€ (2012 v. 2013)

M.€= milhões de euros



Escalões e taxas marginais

- Diminuição (de 8 para 5) dos escalões
- Aumento das taxas marginais mínima (de 11,50% para 14,50%) e máxima (de 46,50% para 48%):

2012

Rendimento colectável	Taxa normal	Taxa média
Até €4.898	11,50%	11,500%
>€4.898 até €7.410	14,00%	12,3480%
>€7.410 até €18.375	24,50%	19,5990%
>€18.375 até €42.259	35,50%	28,5860%
>€42.259 até €61.244	38,00%	31,5040%
>€61.244 até €66.045	41,50%	32,2310%
>€66.045 até €153.300	43,50%	38,6450%
>€153.300	46,50%	-

OE 2013

Rendimento colectável	Taxa normal	Taxa média
Até €7.000	14,50%	14,500%
>€7.000 até €20.000	28,50%	23,600%
>€20.000 até €40.000	37,00%	30,300%
>€40.000 até €80.000	45,00%	37,650%
>€80.000	48,00%	-



Taxa adicional de solidariedade

- 2,5% - rendimento colectável > €80.000
- 5,0% - rendimento colectável > €250.000



Sobretaxa extraordinária

- 3,5%
- sobre rendimento colectável sujeito a englobamento + rendimentos sujeitos às taxas especiais
- obtidos por residentes em território português
- na parte que exceda, por cada sujeito passivo, o valor anual da retribuição mínima mensal garantida (€ 6.790)
- deduções à colecta da sobretaxa:
 - 2,5% do valor da retribuição mínima mensal garantida, por cada dependente ou afilhado civil que não seja sujeito passivo de IRS;
 - Os montantes previamente retidos na fonte, no caso dos trabalhadores dependentes e pensionistas
- pode haver reembolso, quando os montantes previamente retidos na fonte (categorias A e H) forem superiores à sobretaxa devida



Sobretaxa extraordinária (cont.)

- Nos casos das categorias A e H, as entidades devedoras devem efectuar a retenção na fonte mensal:

[Rendimento líquido (Rendimento bruto – retenção de IRS – descontos para Seg. Social) – valor da retribuição mínima mensal garantida] * 3,5%

- No pagamento do subsídio de férias e de Natal, aplicam-se as regras da retenção na fonte de IRS
- As informações relativas aos montantes pagos e retidos devem constar da Modelo 10 e do documento comprovativo a entregar aos sujeitos passivos até 20 de Janeiro do ano seguinte
- Demais categorias: a sobretaxa é devida apenas em termos finais, com a entrega da declaração anual relativa a 2013 (em 2014)



Categoria B

(rendimentos empresariais e profissionais)

- Coeficiente do rendimento tributável nas prestações de serviços (regime simplificado):
 - aumento do rendimento sujeito a tributação (de 70% para 75%)
 - diminuição da presunção de despesas incorridas (de 30% para 25%)
- Aumento da taxa de retenção na fonte para rendimentos profissionais (de 21,5% para 25%)



Derrama estadual

Derrama estadual - Regime Actual

Lucro tributável (em euros)	Taxas (em percentagens)
De mais de 1.500.000 até 10.000.000	3
Superior a 10.000.000	5



Derrama estadual - OE 2013

Lucro tributável (em euros)	Taxas (em percentagens)
De mais de 1.500.000 até 7.500.000	3
Superior a 7.500.000	5



Política fiscal

- um sistema fiscal moderno, mas injusto e descaracterizado
- a estabilidade e a simplificação fiscais
- a reavaliação de benefícios e incentivos fiscais: a competitividade internacional
- combate à fraude e evasão fiscais (“fora do sistema”): os regimes simplificados



Obrigado !

rogeriofernandesferreira@rffadvogados.pt

Praça Marquês de Pombal 16 · 6º
1250-163 Lisboa · Portugal
T: +351 215 915 220 · F: +351 215 915 244
rffassociados@rffadvogados.pt
www.rffadvogados.pt
